

# O Mirandês e as línguas do Noroeste peninsular

MANUELA BARROS FERREIRA  
UNIVERSIDADE DE LISBOA

## 1. O mirandês como língua minoritária

Começo por vos dizer que não falo mirandês. Apenas tenho dele conhecimento directo por ter participado nos inquéritos que se fizeram em Trás os Montes para o Atlas Linguístico-Etnográfico de Portugal e Galiza<sup>1</sup>. Por não o falar, mas para poder dar-vos uma idéia fiel do que é o mirandês, peço-vos para ouvir um poema do último livro que foi publicado neste idioma. Chama-se “A voz de Miranda” e é da autoria do Padre Manuel Preto, já falecido<sup>2</sup>. Mas a voz que ides mesmo ouvir é a da pessoa que ocupa a maior parte da bibliografia que tem aparecido nos últimos cinquenta anos sobre o assunto: o Dr. António Maria Mourinho.

*La voz de Miranda*

*Iou num sou iou.*

*Chamo-me Manuel, mas num sou Manuel;*

*Num me chamo Marê, mas sou tamén Marê.*

*Puniram-me um nome, mas som todos l's nomes*

*De l's homes e de las mulhêres*

*De la squina de l'Nordeste.*

*Sou la voz de la têrra an que naci e me criei!*

<sup>1</sup> No ALEPG estarão representadas as seguintes localidades: Riodonor, Guadramil, Constantim, Duas Igrejas e Sendim. Tanto o rionorês como o guadramilês são considerados como locoslectos marginais em relação ao mirandês. Nesta comunicação limito-me ao mirandês nas suas variedades de Constantim e Duas Igrejas e a alguns apontamentos sobre o sendinês. É feita uma comparação entre as cinco variedades em M. Luísa Segura da Cruz *et alii* (1994) “Os dialectos leoneses em território português: coesão e diversidade”, in *Variação linguística no espaço, no tempo e na sociedade*, Actas do encontro regional da A.P.L em Miranda do Douro em 1993, Ed. Colibri, Lisboa: 281-293.

<sup>2</sup> Manuel Preto (1993) *Bersos mirandeses*, Edições Salesianas, Câmara Municipal de Miranda do Douro.

*Toda la tristeza  
De la gente mirandesa  
Iê mar que m'antrou n'alma  
E me roubou la calma*

*Sêm modo nêm lei!*

*Mar que fizo de mi um campo de batalha,  
E anda comigo a las vôltas  
Por caminos e atalhos que nem sei!  
- Gritos que crecen,  
E de tanto gritar desfalhecen,  
Ôndeas que van, ôndeas que venen! -  
A que me compararei?  
Sou la voz de Miranda*

*(Cum o um pobrezico, roto, môrto, sfameado,  
Que pide um cacho de pan, um palheiro, ua croa)  
A gritar para Lisboa:  
"A que dal rei! A que dal Rei!"*

Nestas jornadas, o facto de ser eu a falar sobre esta voz é como uma *capa de honras* –uma capa de cerimónia, que dignifica quem a usa, mas que é pesada: melhor seria se viesse aqui um linguísta de Miranda, falar com mais conhecimento de causa do que eu. Mas, tirando alguns homens excepcionais– de que o maior exemplo é precisamente o historiador António Mourinho que acabais de ouvir– ainda escasseiam em Miranda as pessoas que se dediquem a uma reflexão sobre a língua.

Eu comecei a interessar-me mais de perto pelo mirandês em 1985, quando respondi a um pedido de informação do Conselho da Europa sobre as minorias linguísticas existentes no país. Nessa altura, não só apontei a existência do mirandês como língua minoritária, como recolhi, com a ajuda do Dr. Mourinho e do Professor Domingos Raposo ( que já conheceis doutras jornadas) a bibliografia existente e todos os dados disponíveis sobre a vitalidade desta língua. Com o despertar da consciência regionalista que caracteriza os anos 80 e 90, tem vindo a aumentar o número de pessoas que se interessam pelo mirandês. A Câmara Municipal passou a promover a publicação ou a reedição de obras sobre a língua da região. Em 1987 houve as “Primeiras Jornadas de língua e cultura mirandesa”, que reuniram em Miranda investigadores portugueses e espanhóis; em 1993 realizámos em Miranda um Encontro Regional da Associação Portuguesa de Linguística sobre “Variação no tempo, no espaço e na sociedade” e de que já se publicaram as Actas. Neste momento, o Sr. Padre Moisés Pires está a ultimar a sua *Gramática do mirandês* e tem coligidas 14.000 palavras para um dicionário. Está em estudo uma Convenção Ortográfica. Melhor do que ninguém sabeis a importância que tem o levantamento das normas essenciais de um idioma para que ele seja reconhecido como língua, e não como mero dialecto, tanto no país onde existe como a nível internacional.

É que hoje ainda, a existência do mirandês como língua minoritária do território português é ignorada nas publicações oficiais da União Europeia: basta ver o mapa das “línguas menos utilizadas” que foi recentemente publicado, e onde Portugal é apresentado como único país da Comunidade que não tem qualquer língua minoritária. É evidente que esta informação, ou desinformação, não é da responsabilidade da União Europeia: ela remete para nós próprios, portugueses, que não sabemos nem os valores que temos, nem o que se tem feito, neste domínio, noutros países; é resultado, também, do próprio isolamento da região; e por último, está muito arreigada em Portugal a ficção (justificável) da unidade do português, e além disso, a de que o português é a única língua do nosso território. Noutras jornadas asturianas<sup>3</sup>, foi já citada, a este respeito, uma linguísta portuguesa. Retomo a citação porque permite aprofundar um pouco mais o assunto. Depois de mencionar a “dificuldade de delimitação dos conceitos de ‘língua’ e ‘dialecto’”, a Professora Azevedo Maia diz o seguinte, referindo-se simultaneamente ao mirandês e ao barranquenho (variedade do português da fronteira sudeste):

*“O certo (...) é que o actual estatuto cultural e social das duas referidas realidades regionais não permite que sejam abrangidas pela designação de “línguas”, o que, portanto, elimina, obviamente, a possibilidade de serem consideradas “línguas minoritárias”<sup>4</sup>.*

Esta professora toca no âmago da questão: o estatuto social do mirandês. É que a distinção entre língua e dialecto tem várias facetas: a diacrónica e a sincrónica, a social e a institucional. A linguísta portuguesa coloca-se apenas no terreno institucional. Ora neste terreno, a distinção ‘língua’ e ‘dialecto’ não tem nada a ver com a natureza interna da linguagem em causa, mas diz respeito, apenas, às suas condições de existência na sociedade. Perante esta, um idioma tem que ter produção escrita, uma norma explicitada, gramáticas, dicionários, isto é, tem de se tornar uma instituição, de alcançar um estatuto reconhecido - e então tem “direito” a ostentar o nobre título de ‘língua’; se não tem nada disso, limitando-se a ser falada (isto é, a existir no seu estado natural), a deixar testemunhos no frágil suporte da memória colectiva, então é considerado dialecto. E é preciso tomar consciência desta diferença que o senso comum estabelece para se poder intervir no processo. No momento em que a Doutora Clarinda de Azevedo Maia escreveu o seu artigo, o mirandês apresentava já produção escrita, tentativas de sistematização, gramáticas descritivas e interpretativas desde José Leite de Vasconcelos, mas ainda nada se sabia das obras que estavam na forja e que são indispensáveis para a *institucionalização* de uma língua.

Do ponto de vista estritamente linguístico, o mirandês tem uma individualidade própria, bem diferente da do português, como se poderá ver mais adiante. Não se pode pôr no mesmo plano o mirandês e o barranquenho<sup>5</sup>. Por conseguinte, o mirandês não pode ser considerado senão como uma língua

---

<sup>3</sup> Telmo Verdelho (1993) “Falares asturo-leoneses em território português”, *Lletres Asturianes*, Academia de la Llingua Asturiana, nr. 50: 7-25, p. 21.

<sup>4</sup> C. de Azevedo Maia (1992) “Minorias linguísticas e sociolinguísticas”, *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XX: 25-31.

<sup>5</sup> O barranquenho é falado apenas numa localidade, Barrancos, não abrangendo toda uma série de aldeias como o mirandês. Linguisticamente integra-se no grupo dos dialectos portugueses meridionais, com influência do castelhano estremenho.

diferente. Ele vive porém numas *condições* que se podem comparar às do franco-provençal. Também esta língua, que o é indiscutivelmente, é hoje mais falada do que escrita, mais confinada à família do que exposta na praça pública, mais rural que urbana. É uma língua que vive em *situação* dialectal. Tal como o franco-provençal, o mirandês ocupa um determinado território dentro do país, tem uma tradição histórica longa, transmite-se de pais para filhos, o número de falantes é relativamente reduzido. E é por tudo isto, e por aquilo que está a ser feito para a sua normatização, que deve ser considerado como *língua minoritária*<sup>6</sup>. O que não poderá, certamente, é aspirar ao estatuto europeu de *língua regional*, dado que este conceito está ligado ao de *região*, e a zona de Miranda ocupa um espaço relativamente pequeno numa zona administrativa maior, o distrito de Bragança (que tão pouco tem esse estatuto).

Quanto à vitalidade do mirandês, há que ter em conta que neste momento, a agricultura e o mundo rural tradicionais estão em vias de extinção no meu país. O campo desertifica-se a ritmo acelerado e o número de aldeias totalmente abandonadas multiplica-se. No entanto, no caso desta região, o esvaziamento das aldeias está a ser feito a favor da própria cidade de Miranda. Fora do núcleo histórico, a cidade está a expandir-se com gente vinda do campo e que está a trazer de volta a língua<sup>7</sup> que dali tinha desaparecido há já vários séculos<sup>8</sup>. No entanto, paralelamente, os turistas espanhóis têm feito do castelhano a língua mais prestigiada - aquela em que é possível fugir à miséria.

Este panorama actual poderá ter como consequências:

– Completo desaparecimento do mirandês e sua substituição pelo português e castelhano. Este parece ser o caminho natural da evolução se não houver uma intervenção junto de todos os mirandeses, mostrando o valor simbólico que representa o poder dispôr de uma linguagem própria.

– Se houver essa intervenção, poder-se-á criar para o mirandês uma perspectiva de coesão em que também ali se assuma a “ficção de unidade” que está na base de todas as normas constituídas. A perspectiva de um futuro com outros suportes além da fala passa por essa fase - as duas coisas são inseparáveis.

Voltarei ao assunto no fim desta exposição. Mas antes disso vou abordar ainda alguns temas:

---

<sup>6</sup> Definição deste conceito segundo a “European charter for regional or minority languages” aprovada em 1992 pelo Conselho da Europa: “(Para os efeitos deste documento) a) o termo “línguas regionais ou minoritárias” significa línguas que são tradicionalmente utilizadas dentro de um dado território de um Estado por cidadãos desse Estado que constituem um grupo menor que o resto da população deste Estado, e que b) é diferente da(s) língua(s) oficial(ais) do mesmo; não inclui os dialectos da(s) língua(s) oficial(ais) do Estado ou línguas de migrantes” (trad. do inglês a partir do documento contido no *Contact Bulletin*, vol. 9, nr. 2, The European Bureau for Lesser Used Languages, Ireland).

<sup>7</sup> Informação pessoal do Dr. António Mourinho, que agradeço.

<sup>8</sup> A partir do momento em que Miranda se tornou cidade e sede episcopal, no sec. XVI, recebendo o influxo de numerosos funcionários e de pessoal eclesiástico. O mesmo ocorreu na aldeia de Picote, no sec. XX, ao receber uma multidão de operários para a construção da barragem hidro-electrica. Já no fim do século passado o mirandês, segundo J.L. de Vasconcelos, praticamente só era falado nas aldeias.

2. A filiação histórica do mirandês - pequenas disputas que vêm de longe.
3. Breve caracterização fonética do mirandês entre os domínios linguísticos do noroeste peninsular.
4. Dois aspectos de uma possível convenção ortográfica:
  - 4.1. O problema da variação na escrita.
  - 4.2. O problema da variação dialectal.

2. Vou abordar a questão da **filiação histórica do mirandês** através da resposta que foi dada por José Leite de Vasconcelos (1929) a Menéndez Pidal (1906), resposta essa em que o sábio português deixa transparecer, ao fim de muitos anos de silêncio, uma certa mágoa por não ser inteiramente reconhecido o seu papel na descoberta da filiação linguística do mirandês. De facto, Menéndez Pidal afirma logo na primeira página de *El dialecto leonés* que

*“el lenguaje de Miranda ha sido considerado como dialecto português”*

- o que, evidentemente, contesta. Mais adiante<sup>9</sup> localiza o autor desse erro, referindo concretamente J. L. de Vasconcelos. No entanto, na mesma página, mas em nota de rodapé, admite que Vasconcelos falava de um co-dialecto de transição do português e galego para o asturiano. A certa altura da sua vida, José Leite de Vasconcelos acusa o toque e refuta, finalmente, essa “acusação” dizendo:

*“... muitos anos antes de Menéndez Pidal publicar o seu importante trabalho sobre El dialecto leonés (...), já eu havia posto em relação íntima o mirandês com o leonês”.*

Entre as provas em sua defesa, J. L. Vasconcelos reproduz<sup>10</sup> um pequeno artigo de 1882, isto é, do próprio ano em que descobriu o mirandês. Nesse artigo, depois de relacionar a história de Portugal com a existência de vários dialectos no país, pergunta:

*“Onde fica porém o dialecto mirandês? É um ramo do português ou do galego? (...) Pode-se estabelecer que o mirandês pertence ao domínio espanhol, como próximo do leonês. É inegável porém que o português tem exercido notável influência no mirandês, o que não é de estranhar, porque Miranda pertence politicamente a Portugal. Assim, posto que nos pronomes, nas conjugações, nas declinações (formação do plural) o mirandês revele carácter espanhol fundamental e característico (...) ele apresenta vários fenómenos da fonologia portuguesa”.*

E, mais adiante, volta aos aspectos históricos e sociais dessa região, dizendo:

*“Atendamos mais a que o território mirandês fica vizinho de Leão, entrando mesmo por este país dentro e que, ainda hoje, se mantêm constantes relações de comércio entre os povos de lá e os de cá”.*

---

<sup>9</sup> P. 19 da edição de 1962 e nota 11.

<sup>10</sup> Nos *Opúsculos*, IV, 1929.

José Leite de Vasconcelos esclarece que, quando usou o termo *dialecto*, não pensava no mirandês como um dialecto do português. E em seu abono cita os *Estudos de Philologia Mirandesa* (1901), p. 73, onde afirma:

*“O mirandês não é variante do português, porque encerra bastantes fenómenos que estão em contraste com os deste, e muitos mais do que os que bastam para se delimitar um dialecto português; e, não obstante ter alguns vocábulos muito próximos de antigos vocábulos portugueses, não é de modo algum forma arcaica do português, porque de muitos factos característicos mirandeses, como lhuna, zinolho, anielho, tenhir, não podiam vir as palavras portuguesas lua (ou lua), joelho (ou geolho), anel, tingir, que obedecem a outras leis, e tiveram outras evoluções”.*

E ainda mais adiante:

*“Onde eu, por falta de elementos, falei timidamente, Pidal, que os possuía em abundância, foi mais longe, e ofereceu-nos a brilhante dissertação de que acima falei, subordinando-a a um título genérico [EL dialecto leonés] simétrico com castelhano ou espanhol, navarro-aragonês, etc., e conseguintemente, cómodo. Isso porém não nos impedirá de continuar a chamar mirandês à linguagem de Miranda, expressão mui popular e mui usada - tanto mais que a “rede lingüística do Noroeste da Ibéria tem malhas inextricáveis”.*

J.L. de Vasconcelos termina a sua resposta com uma lista de algumas passagens dos *Estudos de Philologia Mirandesa* em que estabelece paralelos entre o mirandês e variedades contemporâneas do asturiano.

Outras posições foram tomadas em relação às origens do mirandês, desencadeando uma certa polémica, mas tão lenta e espaçada que tem passado despercebida. Considero no entanto que discutir as origens do mirandês antes de conhecer a história de toda a região onde se insere e antes de um estudo aprofundado das suas ligações com as outras línguas peninsulares é uma atitude, pelo menos, romântica. Em vez de continuar a esmiuçar o assunto passo pois ao próximo.

### **3. Breve caracterização do mirandês entre os domínios linguísticos do noroeste peninsular.**

Embora o mirandês não seja uma língua unitária, tomo como pontos de referência duas localidades, Constantim e Duas Igrejas, onde se encontram fenómenos que caracterizam bem a zona. Apresento em primeiro lugar um esquema da evolução do latim para as línguas do NO peninsular e para o castelhano. Não utilizo, ao longo deste trabalho, os dados fonológicos actuais do português normativo, mas sim os das variedades do Minho, Trás-os-Montes e Beira Alta (que estão aliás na base de muitas das convenções ortográficas portuguesas), porque é esse o âmbito geográfico que nos interessa para uma caracterização do mirandês.

---

<sup>11</sup> Os exemplos aqui apresentados podem não coexistir numa só variedade do asturiano actual. Nesta lista procurei fenómenos semelhantes aos mirandeses que devem ter existido no asturicense medieval.

Quadro I

Latim	port.N	gal.	mir.	ast.	cast.	port.	gal.	mir.	ast-leon. <sup>11</sup>	cast.
1. (vária)	ow	ow	ow	ow/o	o	<i>pouco</i>	<i>pouco</i>	<i>pouco</i>	<i>pouco</i>	<i>poco</i>
2. (vária)	ej	ej	ej	ej/e	e	<i>peito</i>	<i>peito</i>	<i>peito</i>	<i>peito</i>	<i>pecho</i>
3. ě	ε	e	je	je	jε	<i>terra</i>	<i>terra</i>	<i>tiêrra</i>	<i>tierra</i>	<i>tierra</i>
4. ð	ɔ	ɔ	(wo)o	we	wε	<i>porta</i>	<i>porta</i>	<i>p(u)ôrta</i>	<i>pue(o)rta</i>	<i>puerta</i>
5. l-	l	l	l	l	l	<i>lã</i>	<i>la</i>	<i>lhana</i>	<i>llana</i>	<i>lana</i>
6. -ll-	l	l	l	l	l	<i>vale</i>	<i>val</i>	<i>valhe</i>	<i>valle</i>	<i>valle</i>
7. -l-	∅	∅	l	l	l	<i>sair</i>	<i>saír</i>	<i>salir</i>	<i>salir</i>	<i>salir</i>
8. n-	n	n	n	ɲ/n	n	<i>nube</i>	<i>nube</i>	<i>nubre</i>	<i>ñube</i>	<i>nube</i>
9. -nn-	-n-	-n-	ɲ	ɲ	ɲ	<i>cana</i>	<i>cana</i>	<i>canha</i>	<i>caña</i>	<i>caña</i>
10. -n-	∅	∅	n	n	n	<i>veia</i>	<i>vea</i>	<i>vena</i>	<i>vena</i>	<i>vena</i>
11. -c'l-, -ly	-l	l	l	y	χ	<i>olho</i>	<i>ollo</i>	<i>olho</i>	<i>gùeyo</i>	<i>ojo</i>
12. pl-, cl-, fl	-tʃ	tʃ	tʃ	tʃ	l	<i>chega</i> <i>chave</i> <i>chama</i>	<i>chega</i> <i>chave</i> <i>chama</i>	<i>chega</i> <i>chave</i> <i>chama</i>	<i>chega</i> <i>chave</i> <i>chama</i>	<i>llega</i> <i>llave</i> <i>llama</i>
13. -ct-	-it-	-it-	-it-	-it/tʃ	tʃ	<i>leite</i>	<i>leite</i>	<i>lheite</i>	<i>lleite</i>	<i>leche</i>
14. f-	f	f	f	f	∅	<i>filho</i>	<i>fillo</i>	<i>filho</i>	<i>fillo</i>	<i>hijo</i>
15. j	ɣ	ʃ	ɣ	ʃ	χ	<i>jogo</i>	<i>xogo</i>	<i>jogo</i>	<i>xuego</i>	<i>juego</i>
16. [Ks]	f	f	f	f	χ	<i>coxo</i>	<i>coxo</i>	<i>coxo</i>	<i>coxo</i>	<i>cojo</i>
17. -s-	ʒ	ʃ	ʒ	ʃ	ʃ	<i>coser</i>	<i>coser</i>	<i>coser</i>	<i>cozer</i>	<i>coser</i>
18. s-, ss-	ʃ	ʃ	ʃ	ʃ	ʃ	<i>sol</i>	<i>sol</i>	<i>sol</i>	<i>sol</i>	<i>sol</i>
19. -c <sup>e,i</sup>	z	θ	z	θ	θ	<i>cozer</i>	<i>cocer</i>	<i>cozer</i>	<i>cocer</i>	<i>cocer</i>
20. -mn-	n	n	ɲ	ɲ	ɲ	<i>dano</i>	<i>dano</i>	<i>daño</i>	<i>daño</i>	<i>daño</i>
21. -mb-	mb	mb	mb	mb	m	<i>pomba</i>	<i>pomba</i>	<i>palomba</i>	<i>palomba</i>	<i>paloma</i>
22. -one	õu/ão	on	õ	on	on	<i>melão</i>	<i>melón</i>	<i>melõu</i>	<i>melón</i>	<i>melón</i>

Se atentarmos nas semelhanças e diferenças que o Quadro I patenteia, podemos ver que:

1º - É comum a todas as variedades linguísticas do noroeste hispânico e ao castelhano, apenas

- 18: (s, -ss- > ʃ<sup>12</sup>)

<sup>12</sup> No entanto, se o português normativo figurasse nesta tabela, veríamos que aí s5 apical já desapareceu.

2º - São comuns ao português do norte, galego, mirandês e asturo-leonês, não existindo em castelhano<sup>13</sup>:

- 1,2: os ditongos [ej] e [ow]
- 12: cl-, pl-, fl- > [tʃ]
- 13: -ct- > -it-
- 14: conservação de f-
- 16: [ks] > [ʃ]

3º - São comuns ao mirandês, ao asturiano e ao castelhano:

- 3: ditongação de ã latino.
- 4: ditongação de ă latino (Embora hoje este ditongo seja esporádico, o facto de ele se manifestar em determinadas situações prova que já foi geral no mirandês)<sup>14</sup>.
- 6, 9, 20: palatalização das consoantes duplas -ll- > [ʎ], -nn- > [ɲ] e ainda -de mn- > [ɲ]
- 7, 10: manutenção de -n- e -l-

4º - São comuns ao mirandês e asturiano, em oposição a todas as demais variedades:

- 5: a palatalização de l- inicial > [ʎ]

5º - É comum ao português, galego e mirandês actual

- 11: c' l, ly > [ʎ]

6º - E por fim, são comuns ao mirandês e português, excluindo todas as demais variedades,

- 15, 17, 19: j > [ʒ], -s- > [z], -c<sup>e,i</sup>- > [z] - isto é, a existência de três consoantes sonoras entre as fricativas sibilantes.

- 22: e ainda, o facto de o desaparecimento da consoante nasal em final de palavra ou de sílaba nasalizar a vogal precedente- o que leva à existência de vogais nasais.

Como é sabido, é a palatalização do l- inicial (associada aos demais fenómenos assinalados aqui em 2º e 3º lugares e que ocupam um espaço peninsular muito mais vasto) que permite interpretar o mirandês como um idioma de base asturo-leonesa. Ele tem porém, além dessas, algumas características que partilha apenas com o português e galego e que contribuem para a sua individualidade.

Se quisermos acrescentar a este quadro os fenómenos fonéticos sincrónicos que foram considerados por Metzeltin e Winkelmann (1992)<sup>15</sup> teremos, esquematicamente:

<sup>13</sup> O ditongo [ow] conserva-se apenas no português do norte. A língua normativa conserva o ditongo [ej] mas reduziu [ow] a [o].

<sup>14</sup> O mirandês conserva o ditongo [wo] sobretudo em entoação enfática. Joseph Piel descreve a situação de variação deste ditongo em 1930 (*Observações acerca do vocalismo mirandês*, sep. de *Biblos*, 6, Coimbra: 187-190). Herculano de Carvalho (1957: *Fonologia Mirandesa*, sep. de *Biblos* XXXIII: 58) que analisou os falares de 9 localidades mirandesas, apenas uma vez encontrou o ditongo [wo]. Nos inquéritos do ALEPG em que participei ele aparece com uma frequência ínfima em relação a [o]. Já no fim do sec. XIX é raro, sg. J. L. de Vasconcelos.

<sup>15</sup> in *Lexicon der romanistischen Linguistik (LRL)*, vol. VI, 1, 1-36.



Quadro II

	port.N(1)	gal.(2)	mir(3)	ast.(4)	cast.(5)
1. e/ε	+	+	e (/ε)	e	e
o/ɔ	+	+	o.(/ε)	o	o
2. dit. e	+	-	+	-	-
vg. nas.	+	-	+	-	-
3. [je]	-	-	+	+	+
[we]	-	-	-	+	+
4. red.nr.vg. átonas	+	-	+	+-	-
5. fricativas	-s	θ	-	s	θ
e	-	-	-	χ	χ
africadas	tf	tf	tf	tf	tf
	z, ʒ	-	z, ʒ	-	-
	f	f	f	f	f
	ʒ	-	ʒ	-	-
6. l/R,ʃ z	+	-	+	-	-
7. cons. duplas: rr	+	+	+	+	+
8. cons. finais	-ʃ, s-f, -r, -l(1); -ʃ, -θ, -n, -r-l(2); -ʃ, -s, <sup>(a)</sup> -r, -l(3); ʃ, -θ, -f, -n, -l-r(4) -d, -s, -θ -χ, -n, -l; -r (5)				

Este quadro vem reforçar a idéia da bipolaridade actual do mirandês a nível fonológico:

1: um inventário vocálico que foi idêntico ao asturo-leonês, com apenas um grau de abertura para /e/ e /o/ e que, com a tendência para o desaparecimento dos ditongos *iê* e *iô*; tende a aproximar-se do sistema português, com dois graus de abertura nestas vogais;

2: existência do ditongo [õw]<sup>16</sup> e de vogais nasais, como já foi dito;

4: redução do número de vogais nas sílabas átonas como no português (o modo como se faz esta redução das vogais átonas é aliás um dos aspectos mais marcantes do português europeu);

5: corresponde ao que já foi dito antes sobre as fricativas;

6: tal como já foi dito, em port. e mir existe oposição entre sibilantes surdas e sonoras, enquanto nas outras línguas indicadas ela não existe, havendo apenas surdas.

7: a única consoante dupla que existe em mirandês é a mesma que existe nas outras línguas consideradas: rr;

<sup>16</sup> Mas os outros ditongos decrescentes nasais portugueses *ãõ*, *ãe*, *õe* não existem.

8: O resquício de -n que se observa em algumas palavras aproxima-se -se do que acontece nas outras línguas consideradas e perto da fronteira portuguesa com a Galiza.

Destas constatações podem tirar-se algumas conclusões que, embora óbvias, talvez não sejam supérfluas:

- Os fenómenos que são comuns ao mirandês, português do norte, galego e asturo-leonês devem ser anteriores ao estabelecimento das fronteiras portuguesas.

- Também anteriores a essas fronteiras devem ser os itens aqui mencionados (e outros, de carácter morfológico) que ligam o mirandês ao antigo asturo-leonês e castelhano. As semelhanças assinaladas são demasiado regulares e constantes para poderem ser apenas o produto de uma colonização medieval leonesa.

- Quanto aos que são comuns ao português e mirandês, eles representam, uns, a conservação ininterrupta de fases arcaicas da língua, outros, evoluções relativamente recentes. No caso das sibilantes, por exemplo, essa evolução não sofreu nem as simplificações que se operaram no sul de Portugal (perda da oposição apical vs. dorsal) nem as de todo o território que hoje constitui a Espanha (perda da oposição surda vs. sonora), mas preservou o estádio atingido na Idade Média pelo português.

É por estas razões que a minha opinião se aproxima das que já foram expressas por José Leite de Vasconcelos, Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1913)<sup>17</sup>, Maria José Moura Santos (1967)<sup>18</sup>, Leif Sletsjoe (1967)<sup>19</sup> e António Mourinho, entre outros. Resta-me acrescentar que a base etno-histórica astúrica do nordeste transmontano está atestada desde o ano 27 até 152 D.C.<sup>20</sup>.

A relativa unidade linguística que está subjacente aos antigos galego-português e asturo-leonês; a pertença, após a romanização, à diocese de Astorga; as colonizações medievais com gente do reino de Leão, os contactos constantes de Miranda com as regiões da Sanábria, Aliste e Sayago - através do vaim de pastores, mercadores, frades, peregrinos... e quantos mais caminheiros! e, por fim o facto de

---

<sup>17</sup> *Lições de filologia portuguesa*, Lisboa, p.201

<sup>18</sup> *Os falares fronteiriços de Trás os Montes*, sep. da *Revista Portuguesa de Filologia*, XII, Coimbra. M. J. Moura Santos não partilha a opinião de Herculano de Carvalho (1952) (“Porque se falam dialectos leoneses em terras de Miranda?”, *Revista Portuguesa de Filologia*, V: 265-280, 508) de que o mirandês seja apenas um resultado da colonização dos mosteiros leoneses medievais. Para ela, “as relações com o outro lado da actual fronteira vêm de longe e foram sempre íntimas, pelo que me parece mais exacto pensar que havia já uma pronunciada afinidade quando se efectuou essa importante colonização leonesa, que deve tê-la vindo acentuar”. Acrescenta o facto de “as semelhanças com o leonês(...) serem numerosas e importantes em todos os falares desta faixa oriental de Trás-os-Montes (com excepção para a zona de Freixo)” (pp. 417- 418)

<sup>19</sup> “La position du mirandais”. *Studia Neophilologica*, XXXIX:150-173.

<sup>20</sup> A. M. Mourinho (1980) (*Roma na terra de Miranda*, sep. das *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste peninsular*, Guimarães) a propósito do pacto entre os romanos e a tribo astúrica dos zoelas. O extremo norte dos documentos epigráficos encontrados é Astorga. Nesse mesmo trabalho, o autor estabelece, através dos marcos miliários, os limites entre o convento jurídico bracarense e o asturicense. A fronteira passaria por Castro de Avelãs, perto de Bragança: a ocidente, Braga, a Oriente, Astorga. Depois de um período em que a sua posse foi disputada pelas dioceses de Astorga e de Braga, só passou a pertencer a esta última depois da Reconquista.

estar há muitos séculos sob influência portuguesa, tornaram o mirandês uma língua que se pode considerar de antiga base asturo-leonesa, mas também com bastantes traços portugueses. Todos os domínios envolventes e a própria zona de Miranda contribuíram, ao longo da história e de modos diferentes, para a sua formação. Por isso a sobrevivência do mirandês nos diz respeito, tanto a nós portugueses, como aos leoneses e aos asturianos. Dada a raridade das línguas “puras”, penso que neste momento, mais importante do que demandar origens é lutar pela salvaguarda desta língua. Esta luta pode constituir um caso exemplar de colaboração entre os nossos países, entre nós, romanistas - e entre nós, linguístas e as pessoas de Miranda do Douro.

Neste momento, vós, amigos asturianos, tendes já para a vossa língua normas reconhecidas. Por isso os problemas de que vos vou falar em seguida não são novos para vós. É um ponto em que a vossa experiência nos pode ser - já está a ser, através das publicações que tendes feito - de grande utilidade.

#### 4. Dois aspectos de uma possível convenção ortográfica.

##### 4.1. O problema das diferentes práticas da escrita.

O mirandês não tem ainda neste momento uma norma ortográfica formal, pois só muito recentemente se tomou consciência da sua importância para a afirmação da língua. No entanto, a escrita faz-se, como podeis ver no poema da 1ª página, “La voz de Miranda”, de um modo relativamente simples e segue, em grande parte, as convenções ortográficas do português. É disto exemplo o modo como são transcritos os sons [ɲ] e [ʎ], respectivamente *nh* e *lh*, à moda portuguesa e não espanhola<sup>21</sup>.

No entanto, observa-se alguma variação, por exemplo: terminações em *-m* e em *-n*: *um, som, puniram-me* com *-m* como em português, vs. *an, pan, tamén, crecen, van, venen*, com *-n*. Esta ortografia induz a uma pronúncia espanhola, que não é bem a mirandesa<sup>22</sup>, mas que tem a sua razão de ser, dados os tipos de nasalização que em Mirandês existem. No mesmo texto, também aparece *nêm* e *nem*, com e sem acento circunflexo, o que traduz apenas a ausência de uma norma e, por isso, flutuação no modo de escrever.

Vejamos, a título de exemplo, a representação gráfica do artigo definido, masculino singular. Veja-se o verso 6: *De la squina de l'Nordeste*. Aqui ele aparece seguido de apóstrofo, o que leva à suposição de que existiria, em seu lugar, uma vogal que foi elidida.

Este assunto coloca um problema interessante de fono-sintaxe, já assinalado por J.L. de Vasconcelos (1900): em mirandês ouve-se [i], isto é, um *e* com fechamento máximo seguido de *l*, quando o artigo aparece antes de consoante: [i] *gato*; [l] oclusivo, ou “pleno”, antes de vogal: [l] *aire*, e [l] implosivo (“velar”, na terminologia tradicional) depois de vogal: *bamos comé l pan*. É evidente que o artigo mirandês faz parte, como tantos outros aspectos da gramática, das características espanholas. Não é

<sup>21</sup> Esta é uma norma que, em português, data de meados do sec. XIII, do tempo do rei D. Afonso III (1210?-1279)

<sup>22</sup> Mais uma vez cito J. L. de Vasconcelos (1929), *Opúsculos* IV: 688: “Diz Pidal (...) que na transcrição que fez de vocábulos mirandeses dos meus *Estudos* substituiu a vogal nasal por vogal+n: deu assim aspecto mais espanhol ao mirandês, mas imperfeito”.

difícil reconhecer em [i] um antigo *el*, do qual se conserva apenas, em contexto consonântico, um resquício vocálico. À vogal de *el* acontece, em mirandês, aquilo que acontece às vogais átonas portuguesas: elas fecham, e o [e] torna-se [i]<sup>23</sup>. Quando este [i], com uma vogal tão ténue, está antes ou depois de uma outra vogal, ele acaba por perder mesmo o carácter silábico que ela garantia - e temos assim: *biu l gato, l'aire iê bono*.

Para o som [i] não existe, nas normas ortográficas das línguas românicas ocidentais, outra representação gráfica senão *e*, o que leva à escrita *el*. O único inconveniente desta grafia é induzir a uma pronúncia castelhana: *el gato*. Esta é também a solução mais afastada das tradições escritas mirandesas. Os textos que a adoptam são raros. Um deles é o “Evangelho de S. Lucas”<sup>24</sup>:

Las raposas ténem<sup>25</sup> côbas, e las abes *del* ciêlo ténem sous niales, mas *el* Filho *del* home num tem onde reclinar la cabeça.

Outra solução, a mais simples de todas, é não utilizar nenhum apóstrofo, como acontece em alguns textos de J. Leite de Vasconcelos:

(O filho de Deus e o filho do Diabo).

*Era ua bez Cristo e San Pedro, ibã p'ra um camino i ancuntrórum um arador dezindo múitas pragas, a quem Cristo le dixé: “Adius, filho de l Senhor!” I indo mais alantre, ancuntrórum um pobre deitado a rezar l rosairo, a quem Cristo le dixé: Adius, filho de l Diabo! I San Pedro, admirado, preguntou la causa d'aqueilhas palabras, e Cristo dixé que l arador staba trabalhando de l coração, para sustento de la família, anquanto que l probe staba pensando onde iria rôubar.*<sup>26</sup>

Finalmente, a solução que vai ao encontro das observações de J. L. de Vasconcelos é manter a escrita *l*, marcando com apóstrofe, não só a ligação do artigo com a vogal da palavra seguinte ou precedente, mas também a vogal ténue que subsiste antes de *l* quando estas condições não se verificam e é seguido por palavra iniciada por consoante. Assim, escrever-se-ia *l' aire*, para mostrar a ligação entre o *l* e a vogal seguinte; para mostrar a ligação com a vogal anterior escrever-se-ia *Cabeça'l Xeixo* ( não *Cabeça l'Xeixo* ), *fazê'l caldo* ( não *fazê l' caldo* ); e, por fim, *l gato, l caldo* para mostrar que no lugar onde está o apóstrofo existe um som vocálico: não *l'mar* mas *l mar*.

Segundo estas três possibilidades, os versos 4, 5 e 6 do texto inicial escrever-se-iam:

<sup>23</sup> A chamada “elevação e centralização das vogais átonas”, na terminologia de Maria Helena Mira Mateus (1975) *Aspectos da Fonologia Portuguesa*, INIC, Lisboa. (2ª ed. 1982).

<sup>24</sup> Monteiro, Bernardo Fernandes (1894), “O Evangelho de S. Lucas traduzido em língua mirandesa”, cap. IX e X e “Epístola de S. Paulo aos Coríntios”, *Revista de Educação e Ensino*, ano IX: 151-165, 182-184, 500-507.

<sup>25</sup> O *-m* final é representado no texto citado por *til*. Como o processador de texto que utilizo não me permite colocar o *til* sobre *e*, *u* e *i*, represento a nasalidade dessas vogais por *-m*.

<sup>26</sup> In *Contos populares e lendas*, recolhas de J. L. de Vasconcelos, coordenação de Alda Soromenho e Paulo Caractão Soromenho (1963), Coimbra, I:266. J. L. de Vasconcelos publicou-o em Junho de 1882, no jornal sevilhano *El Folklore andaluz*, p. 176 - segundo informa no cap. II dos *Estudos* .....:21

- a) sg. el, pl. els      .... *mas sou todos els nomes*  
                                   *D'els homes e de las mulhêres*  
                                   *De la squina d'el Nordeste.*
- b) sg.l, pl. ls:            ...*mas sou todos ls nomes*  
                                   *De ls homes e de las mulhêres*  
                                   *De la squina de l Nordeste.*
- c) sg. l, 'l, l', pl, 'ls    ...*mas sou todos 'ls nomes*  
                                   *De 'ls homes e de las mulhêres*  
                                   *De la squina de 'l Nordeste.*

Como é evidente, uma decisão só poderá ser tomada pelos mirandeses interessados no assunto

Outra coisa que se observa no poema citado é que a variedade mirandesa que ele representa não é o mirandês de que temos vindo a tratar, pois não tem o ditongo [je]: basta vermos que se escreve *têrra* e não *tiêrra* (verso 7). Trata-se da variedade de S. Martinho de Angueira, local de nascimento do autor. Esta observação leva-nos a um outro problema, o último que me propus abordar:

#### 4.2. A representação ortográfica da variação dialectal

Pelo reduzido território que ocupa e situação em que tem sobrevivido, o mirandês, mais do que um conjunto de dialectos, é um conjunto de lococlectos. O mais marcado é o sendinês, que se fala no extremo sul da região. Ele distingue-se do mirandês central pelas suas características vocálicas e consonânticas. No que respeita as consoantes, não possui [ʎ] inicial, dizendo *luna* como em castelhano, não *lhuna* como em mirandês; mas faz desaparecer -g- quando precedido de [i] ou de [u], como acontece em dialectos da Sanábria: [tríu] por *trigo*, [nuejra] por *nogueira*. Quanto ao sistema vocálico, podem estabelecer-se as seguintes correspondências:

Quadro III

	1	2	3	4	5	6	7
port.	i	e	ɛ	a	ɔ	o	u
mir.	i	e.ɛ	je	a	o,(wo)	oo	u
send.	ii	e	i	a	u	o	iu

Exemplos:

port.	fila	pelo	ferro	faca	corda	nome	cuba
mir.	fila	pelo	fiêrro	faca	côrda	nome	cuba
send.	f[ii]la	pelo	firro	faca	curda	nome	c[íu]ba

Temos aqui duas ordens de problemas ortográficos:

1º- Fenómenos de variação para os quais existem sinais gráficos estabelecidos e reconhecíveis.

2º - Fenómenos que só se podem registar com relativa fidelidade através de grafias específicas (fonéticas ou especialmente convencionadas)

Os primeiros são de fácil solução: as convenções ortográficas podem permitir uma certa oscilação da escrita em função da pronúncia- tal como acontece, aliás, no novo acordo ortográfico para o português de Portugal, Brasil e África. O essencial é estabelecer os limites dessa oscilação e as condicionantes que a regem.

Mais difíceis são os segundos. Não é possível recorrer a símbolos que colocam problemas às tipografias, como é o caso da escrita fonética. Para além deste critério de ordem prática, que visa facilitar a impressão de textos, há outro, de ordem socio-linguística: uma língua como a mirandesa, de circuito restrito, e que não pretende tornar-se uma língua de uso internacional, deve ter uma ortografia destinada, em primeiro lugar, àqueles que a aprenderam no berço. Até aqui, o mirandês tem sido escrito essencialmente para as pessoas de fora da terra, numa tentativa de divulgação e de sensibilização do exterior. Ora, para que o mirandês seja cultivado pelos mirandeses, para os mirandeses, deve ter regras unitárias, simples, facilmente reconhecíveis, que permitam uma identificação colectiva mais ampla que os limites da aldeia. Uma convenção ortográfica destina-se a crianças que têm o direito de escrever na sua língua materna e a pessoas que podiam escrever mas não se atrevem, de tal maneira é complicado reproduzir os sons tal e qual. É preciso fazer com que um livro, ou um jornal, ou um folheto, ou um anúncio de baile seja escrito em mirandês numa aldeia e que possa ser lido, entendido e procurado noutra aldeia.

Ora no que diz respeito ao sendinês, os sons mais difíceis de representar são as vogais [Ii] e [Iu], que devem distinguir-se, na grafia, de *i* e *u* que correspondem à monotongação de [je] e de [wo]. Este problema pode resolver-se por uma convenção específica, desde que simples, se os sendineses quiserem absolutamente separar a sua ortografia da do resto do mirandês. O mais importante, nesta fase, parece-me ser, no entanto, preservar o mirandês tornando-o uma língua apetecida pelos que nele habitam.

##### **5. Não uma conclusão, mas propostas de trabalho.**

Porventura é já tarde demais para iniciar caminho. Digo isto porque a tradição de contar coisas, de transmitir saberes em mirandês, fora do ambiente familiar, parece irremediavelmente perdida. No Cancioneiro do Dr. António Mourinho existem apenas duas orações em mirandês. Todas as demais são em português, o que mostra o papel desempenhado pela Igreja desde o século XVI<sup>27</sup>. No romanceiro tradicional, a maioria dos romances são em português, há alguns em castelhano e, em mirandês estão publicados, a meu conhecimento, quatro, três dos quais estão relacionados com a pastorícia. Quanto aos *lhaços*, que são cantigas que servem para memorizar os passos da dança dos paus, a grande maioria são em castelhano. Bastante mais numerosos são os contos populares que têm sido recolhidos<sup>28</sup>. De qualquer modo, a tradição literária oral que não foi registada até agora já será de difícil recuperação. Este é um dos aspectos que, infelizmente, o Atlas Linguístico-Etnográfico de Portugal e Galiza não inclui.

<sup>27</sup> As Constituições sinodais do bispado de Miranda de 1565 mandam pendurar nas igrejas folhas com a doutrina cristã, ensinando os moços dos 5 a 12 anos “mui devagar, em voz alta e inteligível, de maneira que de todos possa ser entendida”. J. L. Vasconcelos, *Estudos ...* I:155.

<sup>28</sup> Mourinho (1965) “Apontamentos sobre o conto popular mirandês”, sep. das *Actas do Congresso Internacional de Etnografia*, Junta de Investigação do Ultramar, Lx.

Espero que muitos outros que também nos escapam possam vir a ser captados por um Atlas Linguístico regional que não seja limitado pela fronteira política. De facto, parece-me urgente obier dados explícitos que permitam relacionar de um modo mais seguro os diferentes aspectos do mirandês com as variedades asturianas e asturo-leonesas que existem na Espanha. Queria dizer-vos que as gravações que nós já fizemos estão à vossa disposição para qualquer consulta.

Ouçamos, novamente, a voz do Dr. António Mourinho.lendo um poema em sendinês da sua autoria e para o qual procurou uma ortografia que desse conta da sua diferença em relação ao mirandês.

*Sendôin desde hay moil anhos*

*Sendôin de Miranda  
Que naçôiste  
Bôila del Campo  
Hay môil anhos  
Du home  
Que te dou l nome  
I se chamou Sendôino  
I apúis quedêste  
Aldeia de Sendôin  
Tirra pequânha que nacú  
I creciu  
Nestes môil anhos  
I akhôl tralhoru~29  
els que bendôirã  
I se quedôru~  
Quatrisabós, tatarabós  
I bisabós  
I nussos abós  
I nussos pais  
Cul sacho i la machada  
La rabadilha i la çada  
La podadeira e la roçadeira  
Ruçôru~ silbas  
Scôbas i carrasqueiras,  
I pedamarros,  
Rasgando las ladeiras  
Que dôru~e inda dã  
Muito bôino i muito pã*

*etc..*

---

<sup>29</sup> Como disse atrás, é-me impossível colocar o til sobre o u como estava no texto original. Não se tratando de um problema apenas meu, mas geral, a alternativa é optar pelo -m final, o que aliás está conforme com a pronúncia destas palavras. O motivo que me leva a defender a ortografia portuguesa em casos como este inspira-se no filólogo Ramón Lorenzo: parece-me que para uma criança que aprende a escrever noutra língua, é-lhe mais fácil escrever a sua língua de berço se conservar os mesmos sinais para sons idênticos.

Esta ortografia reflecte bem a individualidade do sendinês, mas não reflecte a sua ligação ao mirandês. Parece-me, por isso, que terá de ser repensada de acordo com princípios muito gerais, que possam ser aplicados também a outras variedades. Entre esses princípios, ponho desde já em destaque os seguintes - sendo os dois primeiros de carácter geral:

a) Permitir uma escrita simples, possível em qualquer máquina de escrever, processador de texto ou tipografia.

b) Não introduzir uma escrita diferente para sons que se pronunciam de modo igual aos do português<sup>30</sup>.

c) Permitir o reconhecimento do sendinês como uma variedade do mirandês geral.

E para terminar, um último apontamento sobre o que me parece ser a chave de todo problema.

Quando um monumento ameaça ruína, quem defende a sua recuperação tem de responder a uma pergunta fundamental: como dar-lhe nova vida? Não basta reconstruir, é preciso que aquilo que se reconstrói se torne um valor querido - para que não se desmorone outra vez, poucos anos depois. É que a sociedade a que servia antigamente, hoje já não é a mesma. Agora, a pergunta que se põe é: que espécie de vida o pode revalorizar?

Se há monumento que só vive, vivendo nas pessoas, esse monumento é a língua. Para elas, a língua pode ser um acto de cultura assumido: não só um objecto de estudo e de ensino e um instrumento de criação, mas um meio de reforçar a coesão interna da comunidade. A cultura e a língua de Miranda já são uma ponte entre povos. A língua pode vir a ser uma prática consciente de afirmação da entidade própria, quando se tornar numa capa de honras, dignificante - mas leve, como o ar de que são feitas as palavras. Assim, poderá recuperar o lugar que já teve no quotidiano das pessoas, na naturalidade da sua fala e na sua vida.

---

<sup>30</sup> Ver nota precedente